

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 2ª REGIÃO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**MAIO/2012 A ABRIL/2013**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>975.440,00</b>	<b>6.079,00</b>	<b>981.519,00</b>
Pessoal Ativo	819.631,00	2.610,00	822.241,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	155.809,00	3.469,00	159.278,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>149.287,00</b>	<b>3.515,00</b>	<b>152.802,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-573,00	0,00	-573,00
Decorrentes de Decisão Judicial	151,00	0,00	151,00
Despesas de Exercícios Anteriores	550,00	3.491,00	4.041,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	149.159,00	24,00	149.183,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>826.153,00</b>	<b>2.564,00</b>	<b>828.717,00</b>

**APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL**

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>621.158.840,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100</b>	<b>0,133002%</b>	<b>0,000413%</b>	<b>0,133415%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,257251%</b>		<b>1.597.937,33</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,244388%</b>		<b>1.518.040,46</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,231526%</b>		<b>1.438.143,59</b>

FORNTE: SIAFI Gerencial

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LESSA**  
 Diretora da Secretaria de Controle Interno

**MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO**  
 Diretora da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças

**ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA**  
 Diretor da Secretaria Geral



Assinado digitalmente por MARIA DE FATIMA GONCALVES LESSA, MARIA LUCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO e ROQUE BONFANTE DE ALMEIDA.  
 Documento Nº: 964869.7835822-2187 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2MTEM201302667A